

A Bolha Assassina e a Saúde do Trabalhador

EDITORIAL*

Apesar de ser um filme (americano) de gosto duvidoso desses de “horror”, feito com baixíssimo orçamento, “A Bolha Assassina” (The Blob - no original) merece um destaque. Feito a cores, em 1958, inovou o gênero para a época, além de exibir interessantes efeitos especiais num tempo em que ainda não eram comuns. O filme teve como protagonista o iniciante Steve McQueen, posteriormente célebre, e um desconhecido Burt Bacharach, outra celebridade nascente, como coautor da música-tema (junto com Mack David). E ainda teve Ralph Carmichael, arranjador de Ella Fitzgerald, Bing Crosby e, entre outros, Julie London, como responsável pela trilha sonora. Mas o que chama a atenção é que o filme retrata, sem tirar nem pôr, o Parlamento Brasileiro atual. Num bosque, próximo à cidade, um casal de namorados vê um meteorito cair próximo. O objeto estelar tinha em seu interior uma substância gelatinosa avermelhada que em contato com a pele engolia rapidamente as pessoas e ia aumentando inexoravelmente de tamanho. No final do filme a Bolha tinha mais ou menos o tamanho do Congresso Nacional. O curioso é que nada detinha a Bolha Assassina. As pessoas da cidade eram todas engolidas e a bolha aumentava... aumentava. Nenhuma arma a detinha, nem bala de canhão. Casualmente, descobriu-se que a bolha ficava paralisada com... gelo. O filme termina com a Bolha Assassina sendo jogada nas geleiras do Polo Ártico e ao invés do clássico THE END aparece um enorme ponto de interrogação. Estamos assistindo, hoje, no Brasil, a versão real da ficção de 60 anos atrás. A Bolha Assassina caiu em Brasília. A bancada/Bolha conservadora, reformista, lacaia do mercado, envolvida em falcatruas e majoritária já engoliu a tímida e titubeante oposição. A Bolha Assassina, livre, leve e solta, vem avançando sobre a classe trabalhadora brasileira. Já restringiu o orçamento da saúde e da educação, aprovou a terceirização, a “deforma” trabalhista e agora avança sobre a prEvidência dos pobres sem mexer com a prOvidência dos ricos.

Nesta edição

Editorial – A Bolha Assassina e a Saúde do Trabalhador	1
Entrevista – Alexandre Jacobina	2-4
Artigo do mês – Alex da Silva Xavier	5-6
Perfil Sindical – Marcello Max Pereira	7
Trabalhadores Anônimos – José de Lima Pequeno	8
Informes	9

A Bolha Assassina continua tentando “estancar a sangria” e sem o gelo salvador vai continuar até engolir a parte da justiça que ainda não foi engolida. A Bolha Assassina é insaciável: vai avançar e engolir, como já está fazendo, o meio ambiente e os direitos humanos em geral. Não tem fim a volúpia assassina desses Bolhas. A saúde do trabalhador, nesse primeiro ensaio da “deforma” trabalhista, está programada para acabar quando a Bolha Assassina alcançar a solução final. E a solução final na cabeça assassina da Bolha é o clássico THE END. THE END para o SUS, THE END para a Universidade Pública, THE END para os sindicatos, THE END para os direitos das mulheres, THE END para as nossas reservas ambientais, THE END para os direitos dos índios, THE END para a punição dos corruptos, THE END para o Estado laico, THE END para a educação das nossas crianças, THE END para a lisura dos processos eleitorais. É preciso muito exercício de cinismo político para imaginar aonde a Bolha Assassina pode chegar. Porque saber aonde ela quer chegar já se sabe. O gelo é a solução para paralisar a Bolha. O gelo é a solução, mas somente dar à Bolha o gelo da indiferença é insuficiente. Ela engolirá os indiferentes. E a classe trabalhadora já está adoecendo pela indiferença. É preciso gelar a Bolha, gelá-la de medo, gelá-la com a indignação explícita, gelá-la por sua covardia de se entrincheirar no mandato, congelá-la eleitoralmente e gelá-la judicialmente, gelá-la pela união das milhões de pedrinhas de gelo que todos juntos, ao mesmo tempo, podem carregar nas mãos, antes que o gelo derreta... Se o THE END do filme foi substituído por um enorme ponto de interrogação, congelar a Bolha Assassina com um -?- pode deixá-la sem ação. Mesmo que ela continue à espreita, torcendo pelo aquecimento global que a deixará livre, torrando-nos a todos. ■ ■ ■

*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

A fala da Saúde do Trabalhador

Alexandre Jacobina



Foto: Fadel

Jacobina é Gestor Ambiental, graduado pela Universidade Salvador (UNIFACS). Foi Coordenador de Vigilância da Saúde do Trabalhador do estado da Bahia, durante muitos anos (1999/2002 e 2007/15), da atual Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador – Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Divast/Cesat). Sua trajetória se confunde à implementação da Vigilância da Saúde do Trabalhador (Visat), no Brasil. Formador peregrino e profissional atuante, Jacobina marcou sua participação em diversos espaços pelo Brasil, sempre com destaque para as ações de Visat. Apoiou a Renast [Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador], desde sua criação, especialmente na formação em Visat para técnicos do SUS, trabalhadores e representantes sindicais. Os Cerest [Centro de Referência em Saúde do Trabalhador], instituições de ensino e sindicatos de trabalhadores sempre tiveram em Jacobina um parceiro com sua experiência, sabedoria e vivacidade quase incontrolável. Autor de várias obras de Visat, vigilância ambiental e segurança e saúde no trabalho, Jacobina também tem contribuído para a formação de inúmeros profissionais em cursos de mestrado, doutorado e pós-graduação (extensão e formação técnica). Nessa entrevista, Jacobina conta um pouco de sua história.

Fórum – Jacobina, conte-nos como foi sua entrada na saúde do trabalhador (ST)?

Jacobina – Essa pergunta me remete a um dos períodos mais importantes da minha vida profissional e que teve início na segunda metade da década de 1990, quando ainda servia na Vigilância Ambiental do Órgão Estadual de Meio Ambiente da Bahia. A convite da direção do então Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (Cesat), hoje Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador – Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Divast/Cesat), passei a incorporar o seu quadro técnico de Visat. Apesar da minha formação técnica em segurança do trabalho (1979) e o meu envolvimento com o movimento sindical, tendo sido um dos primeiros diretores da Associação pré-sindical do CRA [Ascra - Associação dos Servidores de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia], como também a minha participação na criação do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (SINSP), a aproximação definitiva com a área de ST só ocorreu quando ingressei no Cesat, onde permaneci até a data da minha aposentadoria, ocorrida no final de 2015. Aceitar o convite para coordenar a Covap/Divast/Cesat, cargo que ocupei por 13 anos, foi um dos grandes desafios da minha carreira, pois, sendo oriundo da área ambiental e com pouco tempo na ST (menos de um ano), era natural a minha insegurança em assumir tal responsabilidade. Destaco que tive que coordenar uma equipe experiente, composta por 24 profissionais com formações distintas - médicos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas,

dentistas, assistentes sociais, engenheiros, biólogos e higienistas. Dentre esses profissionais, figuravam algumas das minhas principais referências em ST, sendo dois mestres em saúde pública e dois doutores em epidemiologia, o que aumentava ainda mais o meu desafio. Conteí sempre com o apoio irrestrito dos colegas, o que facilitou em muito a minha gestão na Covap. Com certeza, se não contasse com esse apoio não teria sucesso na minha passagem pela saúde do trabalhador.

Fórum - Quais as experiências que você vivenciou na ST que considera mais relevantes?

Jacobina – Enquanto técnico e coordenador na Divast/Covap, tive o privilégio de participar efetivamente de diversas ações de Visat que contemplavam as etapas de planejamento e execução das ações de vigilância de ambientes e processos de trabalho, seguindo sempre critérios e prioridades estabelecidas a partir da análise da situação de saúde do trabalhador nos territórios e de demandas sociais identificadas. O apoio técnico em Visat, prestado no âmbito da Renast-BA e em outros estados, que incluíam os setores de vigilância em saúde das Secretarias Municipais de Saúde, Cerest Estaduais e Regionais, Núcleos Regionais de Saúde (NRS) e a Atenção Básica, foi um importante momento da minha carreira profissional e variou entre situações prazerosas e desanimadoras, principalmente em função dos problemas vivenciados por alguns desses órgãos no plano da organização da gestão e/ou na disponibilidade de recursos técnicos com perfil e formação em ST, em especial para o desenvolvimento de ações de Visat. As principais ações de Visat que participei na Divast/Cesat e que considero exitosas foram realizadas sob o formato de

Alexandre Jacobina

Projetos Estruturantes. Dentre esses projetos, destaco: Investigação dos Acidentes de Trabalho Graves e com Óbito; Indústrias de Plástico, de Calçados e Metalúrgicas; Postos Revendedores de Combustíveis (PRC); Trabalho Rural - Plantações de Abacaxi no Município de Itaberaba/BA; Colheita e viveiro de mudas de empresas produtoras de eucaliptos, localizadas no Extremo Sul da Bahia. A última ação de Visat que participei antes da minha aposentadoria foi em pequenas e médias indústrias de fabricação de fardas, localizadas no município de Salvador e que congregavam aproximadamente 500 costureiras, as quais, em sua maioria, encontravam-se lesionadas pela exposição aos fatores de risco ergonômicos e condições de trabalho bastante inadequadas. Essas intervenções em Visat atendiam à necessidade de ampliar o conhecimento sobre as condições gerais de trabalho nesses ramos produtivos, incluindo os fatores de risco e os determinantes dos agravos aos quais os trabalhadores estavam submetidos e, principalmente, de avançar na produção de tecnologias apropriadas de intervenção. A implantação desses projetos serviu como um extraordinário processo de aprendizado e experiência, não só para as equipes técnicas da Divast/Cesat, envolvidos diretamente nas ações, mas também para as equipes dos Cerest Regionais e outros órgãos integrantes da Vigilância em Saúde da Bahia e de outros estados. Praticamente em todas as ações de Visat desenvolvidas, contamos com a participação efetiva de trabalhadores e seus representantes sindicais. Os apoios obtidos à época da Diretora da Divast/Cesat e da Superintendente de Vigilância em Saúde foram fundamentais para o sucesso das ações de Visat, sobretudo considerando os enfrentamentos ocorridos com algumas empresas que se mostraram resistentes às mudanças nos seus processos de trabalho. A minha participação como representante institucional em diversos espaços intra e intersetoriais de interesse à Saúde do Trabalhador e da Vigilância em Saúde ajudou muito na aproximação com os diversos movimentos sociais e especialmente com os sindicatos de trabalhadores. Por alguns anos, fui membro nacional e estadual das Comissões Permanentes do Acordo do Benzeno, do Fórum Estadual do Meio Ambiente de Trabalho (Forumat-BA), do Comitê Permanente Regional da Indústria da Construção Civil (CPR-BA) e da CIST-BA [Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador], o que possibilitou a articulação com diversos movimentos sociais (centrais sindicais, sindicatos, associações e outras representações). Ressalto as parcerias e cooperações técnicas firmadas pela Divast/Cesat com instituições de ensino, pesquisa e extensão que, além de qualificarem e viabilizarem ações de Visat, serviram para o desenvolvimento profissional de toda a equipe da Covap. Minha atuação nos processos de formação e educação permanente em ST no âmbito da Renast, bem como o desenvolvimento e participação em estudos e pesquisas de Visat, foram determinantes para o meu crescimento como formador e profissional da ST.

Destaco, ainda, alguns processos formativos: Especialização - Saúde Coletiva / Vigilância Sanitária (ISC/UFBA); Saúde da Família - Módulo ST (UESC); Saúde Coletiva / Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras (ISC/UFBA); Engenharia de Segurança do Trabalho (DEM/UFBA); Cursos para técnicos do SUS: Programa de Treinamento em Serviço para Implantação da Renast (MS); Programa da Saúde da Família / ST (Sesab); Educação Permanente em ST / Visat (Sesab); Visat - ambientes e processos de trabalho (BA, AC, CE, GO, MA, RN, SE). Atualmente, dedico-me à formação em Visat, em especial à vigilância dos ambientes e processos de trabalho para técnicos do SUS, auditores fiscais do trabalho, trabalhadores e representantes sindicais.

Fórum - Jacobina, como você vê a ST hoje no Brasil?

Jacobina - Para responder essa pergunta, precisarei fazer um breve histórico da ST no Brasil. Sabemos que os primeiros Programas de Saúde do Trabalhador surgiram na primeira metade dos anos '80 e nos grandes centros brasileiros. Portanto, estaremos tratando de uma área da Saúde Pública relativamente nova. Esses Programas surgiram basicamente da congregação inédita entre sindicalistas, técnicos da área de saúde pública, docentes de universidades e outras pessoas da comunidade em geral. A Constituição Cidadã de 1988, quando definiu como direitos de cidadania a saúde e o trabalho, marcou um avanço político dos mais importantes para a saúde pública. A aprovação da Lei Orgânica da Saúde Nº 8.080/1990, que se constitui em referência legal para o SUS, atendeu a um anseio dos movimentos sociais que foram os principais protagonistas da luta pela Reforma Sanitária. A VIII Conferência Nacional de Saúde e a 1ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (ambas em 1996) foram importantes espaços utilizados para expressar a luta pela Reforma Sanitária que incluía a ST. A Renast só veio a ser criada em 2002, com o objetivo de disseminar ações de ST, articuladas com as demais redes do SUS. Apesar dos muitos avanços obtidos nos últimos anos, a exemplo da edição da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, em 2012, que enfatiza a importância da vigilância para a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores, persistiam algumas lacunas, como a efetivação da Visat. Existem hoje no Brasil 214 Cerest implantados (26 estaduais e 188 regionais). Alguns Cerest consolidaram suas ações de Visat. No entanto, percebe-se que muitos ainda enfrentam cotidianamente dificuldades para efetivação das ações de ST, principalmente as de Visat. Uma outra questão vivenciada atualmente, que assistimos de forma passiva, é a ausência dos movimentos sindicais na luta pelo fortalecimento da ST. Esse afastamento dos sindicatos reflete o momento político em que vive o nosso país. Com a aprovação recente da Reforma Trabalhista, que prefiro chamar de "Contrarreforma" e a sinalização de mudanças na Lei da Previdência Social, receio que o movimento sindical

Alexandre Jacobina

seja fragilizado, mormente no que diz respeito ao atendimento às demandas relacionadas à ST. Por certo, essa situação política resultará no agravamento da saúde dos trabalhadores, uma vez que o retrocesso nas conquistas históricas possibilitará a efetivação da terceirização irrestrita que inclui as atividades fins, no aumento da precarização das condições e relações de trabalho, na ampliação da flexibilização dos contratos de trabalho, na intensificação do ritmo de trabalho com jornadas excessivas e, muitas vezes, sob exposição às substâncias nocivas à saúde e outros fatores de risco, salários insuficientes para as demandas básicas de subsistências, aumento da cobrança por produção com exigências de cumprimento de metas, muitas vezes impossíveis de serem atendidas, ampliação do assédio moral e sexual que, com certeza, resultará no agravamento do sofrimento psíquico que já aparecia nas estatísticas como uma das “doenças da modernidade”.

Não passam despercebidas as dificuldades enfrentadas por alguns Cerest, principalmente no tocante à gestão institucional, às estruturas físicas geralmente inadequadas, ao quadro técnico insuficiente e sem a formação adequada para desenvolver ações de Visat e, até mesmo, em relação aos recursos financeiros, apesar do Ministério da Saúde (MS) garantir a manutenção dos repasses de verbas fundo-a-fundo. Mesmo com o esforço da Coordenação Geral de ST/MS em ressaltar o papel dos Cerest, constatamos, ainda, gestores e técnicos que não entendem a importância desses órgãos em relação à Visat. Por mais que possa parecer absurdo, existem Cerest (estaduais e regionais) que são impedidos de desempenhar ações de Visat por decisão de gestores do SUS que, muitas vezes, utilizando-se de argumentos frágeis como a falta de respaldo legal para o desenvolvimento das ações de vigilância nos ambientes e processo de trabalho, impedem a sua realização.

Alguns desses Cerest ficam limitados à elaboração e análise da situação de saúde, ou seja, conseguem até identificar o perfil de acidente e de adoecimento dos trabalhadores nos seus territórios, mas acabam por não exercer qualquer intervenção sobre os fatores de risco e os determinantes dos agravos e doenças gerados nos processos produtivos em suas áreas de abrangência. Um outro ponto, observado com frequência, é a falta de prioridade para as ações a serem desenvolvidas pelos Cerest (estaduais e regionais). O número excessivo de municípios que compõem a área de abrangência de um Cerest, a insuficiência de técnicos capacitados para prestar o apoio institucional e técnico em Visat, bem como as ingerências, têm se constituído em complicadores para a ampliação das ações de ST e, em especial, as ações de Visat.

Fórum - Jacobina, o que você acha da relação da academia com os sindicatos na produção de conhecimentos em ST?

Jacobina - Apesar de não ser vinculado a nenhuma instituição de ensino superior, tenho participado de processos formativos em instituições acadêmicas e técnicas da Bahia e outros Estados. Isso me permite depreender que, mesmo existindo experiências exitosas de participação de trabalhadores e de seus sindicatos em projetos de pesquisa, a presença de movimentos sociais nesses espaços geradores de conhecimento ainda é limitada. Geralmente são promovidos por instituições de ensino vinculadas às universidades públicas, por iniciativa das áreas de Medicina Preventiva e Social, Saúde Coletiva, Ciências Sociais e Economia.

Merecem destaques, na Bahia, o mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho (Faculdade de Medicina-UFBA) e, no Rio de Janeiro, o mestrado profissional em Visat (Cesteh/Fiocruz).

Percebo claramente a importância da participação de trabalhadores e seus representantes sindicais na produção de conhecimentos, uma vez que, em muitos casos, a despeito de toda sofisticação acadêmica, apenas os trabalhadores são capazes de revelar as especificidades dos seus processos de trabalho e as sutis diferenças existentes entre o trabalho prescrito e o trabalho real que explicam os riscos e os determinantes dos agravos à sua saúde. Tenho observado o empenho de algumas instituições a exemplo da Fiocruz e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), por intermédio do seu Grupo Técnico de ST, no sentido de fomentar a produção de trabalhos científicos com a participação de trabalhadores. No entanto, ainda se faz necessário ampliar a participação dos trabalhadores e de seus representantes sindicais nos processos de ensino e nas pesquisas científicas. Entendo que a presença destes “sujeitos sociais” é importante e fundamental para a produção de conhecimento não só na área de ST. Existem alguns grupos dentro da academia que resistem a essa aproximação. Inclusive, já sofri preconceito por não ter o título de mestre ou doutor. Por fim, agradeço ao FÓRUM INTERSINDICAL SAÚDE-TRABALHO-DIREITO pela oportunidade de, mesmo aposentado, poder expor as minhas experiências e opiniões sobre um tema tão importante e em um momento político crítico no Brasil e que já aponta para perdas consideráveis de direitos sociais, conquistados, sobretudo, com a luta dos trabalhadores. ■ ■ ■



Foto: Sílvia Chaves

O Fórum Intersindical é que agradece ao Jacobina sua participação na reunião ordinária de novembro de 2017. Na foto, Jacobina e Fadel (representando a coordenação do Fórum).

Conheça a história da Saúde do Trabalhador no Brasil
Venha para o Fórum Intersindical ...
... e faça parte dessa história

Por uma ouvidoria que se posicione a favor da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

artigo
do mês

Alex da Silva Xavier*

O fim dos anos 1970 e início dos anos '80 foram marcados por conquistas dos países da América Latina em relação à luta contra os regimes ditatoriais. Nesse período é possível verificar uma atmosfera bastante propícia à criação de órgãos, instituições e ações que, em certa medida, garantissem direitos e freassem qualquer nova possibilidade de reascensão de regimes ditatoriais.

A experiência de implementação do instituto do *ombudsman* ocorrido em Portugal e Espanha, recém-redemocratizados, parecia bastante propício, considerado o histórico relacional entre os países da América Latina e os dois países da Península Ibérica. Reconhecidamente existe no Brasil uma diversidade de formatos e modelos de ouvidorias, seja no âmbito dos serviços públicos ou privados. Apesar da real possibilidade de tradução dessa instituição como *ombudsman*, consideraremos aqui que o principal desafio colocado para a Ouvidoria é a função de mediar conflitos.

Por definição, o instituto de Ouvidoria é caracterizado pelo seu papel de interlocução entre uma determinada instituição e as pessoas, sejam essas consideradas público externo – destinatários de um determinado serviço, ou ainda, público interno – trabalhadores dos quais sua atuação possibilita a oferta do serviço. Trata-se de um instrumento com potencial para fortalecer a democracia participativa e valorizar a cidadania com o objetivo de garantir direitos fundamentais, dentre outros. Tal perspectiva chama a atenção para esse órgão como instituição potente no cenário de saúde do trabalhador e da trabalhadora brasileira, capaz de contribuir para efetivação de um ambiente de trabalho condizente com a dignidade da vida humana.

... a ouvidoria tem lado e deve sempre posicionar-se a favor da reparação dos direitos ora desrespeitados.

Advirto aqui que a mediação de conflitos a que faço menção, enquanto função de ouvidoria, em nada tem a ver com uma postura neutra, onde o que se pretende é alcançar puramente acordo ou ainda consenso, entre partes, a qualquer custo. Ao contrário disso, a ouvidoria tem lado e deve sempre posicionar-se a favor da reparação dos direitos ora desrespeitados. Em 2003 foi criado no Ministério da Saúde o Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS (DOGES) o que possibilitou a compreensão de ouvidoria na saúde como política pública a ser implementada. Desde então, um conjunto de ações foi desdobrado para criação e fortalecimento da ouvidoria em saúde como prática de participação social.

Especificamente no campo da saúde do trabalhador, vimos na 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNST), ocorrida em novembro de 2005, o reconhecimento da ouvidoria como elemento capaz de contribuir na defesa das relações de trabalho. Fica claro no relatório final a necessidade de construir serviços de ouvidoria que trabalhem na lógica da defesa de direitos da saúde do trabalhador. Dentre os três eixos dos quais foram construídas resoluções, observamos em dois a presença da ouvidoria: Eixo II - Como Incorporar a Saúde dos(as) Trabalhadores(as) nas Políticas de desenvolvimento sustentável no País? e Eixo III - Como Efetivar e Ampliar o Controle Social em Saúde dos(as) Trabalhadores(as)?

1 - *ombudsman* (do sueco: aquele que representa) - profissional, também chamado de ouvidor (o que ouve), de qualquer instituição pública ou privada que recebe críticas, sugestões e reclamações de usuários e consumidores, de modo a agir imparcialmente para mediar os conflitos entre as partes.

Entretanto, o que temos visto em grande parte é um funcionamento limitado da ouvidoria no que diz respeito às relações de trabalho e seu potencial para a defesa do trabalho como categoria de valorização da vida. É comum escutar de algumas empresas, especialmente em âmbito privado, que suas ouvidorias são específicas para atendimento do público ‘externo’, o que exclui por consequência a possibilidade de receber um registro de seu funcionário. E por mais contraditório que seja, por vezes, se pode constatar ações de órgãos que se denominam ouvidorias agindo em defesa da manutenção do capital a despeito da dignidade humana no trabalho. Há de se questionar qual é a contribuição que as ouvidorias têm a dar aos trabalhadores e trabalhadoras, e sua respectiva responsabilidade no aperfeiçoamento de uma política de saúde do trabalhador que valorize o trabalho como condição geradora de vida. Posicionar-se contrário à opressão no trabalho e ao adoecimento pelo trabalho não pode ser uma opção para o instituto da Ouvidoria, todavia, um princípio! Certamente podemos associar o baixo engajamento das ouvidorias na defesa de relações dignas de trabalho, no cenário atual, à inexistência ou baixa autonomia do ouvidor. Consequência do processo de escolha dos mesmos que geralmente é realizado pela autoridade máxima do órgão ou empresa que acaba por exercer o próprio controle social. Cabe destacar que a autonomia do ouvidor é elemento fundamental para pensar ouvidoria como possibilidade de instrumento de aperfeiçoamento da qualidade das relações de trabalho. A dificuldade referente ao funcionamento da ouvidoria para atendimento ao trabalhador está diretamente ligada à sua base normativa, que limita a autonomia do ouvidor.

Não se deve perder de vista que a ouvidoria atua na redistribuição de poder e seu foco é a garantia de direitos, especialmente os fundamentais e humanos. A relação empregador-trabalhador é assimétrica e cada vez mais desarmônica, especialmente neste momento cuja precarização das relações de trabalho é ratificada a partir da reforma trabalhista que retira direitos sociais. A correlação de forças que se estabelece está impregnada de violência, seja ela manifesta física ou simbolicamente. Trata-se de coerção exercida pelo empregador sobre o empregado, quando este último não possui condições de impedir que essa dominação seja instituída. Compreendo que por princípio caberia à ouvidoria intervir nesta correlação de forças de maneira que fortalecesse a política de proteção da saúde do trabalhador. Caso contrário, poderia naturalizar tal mecanismo, o que caracterizaria maior perversidade. A ouvidoria vem construindo sua atuação como parte de um complexo arranjo estrutural de ampliação da participação social, ora agindo por dentro da estrutura do Estado, ora agindo por fora. Assim, a ouvidoria é uma instituição que nas suas ações e processos o tempo todo interfere no campo político. Logo, sua atuação como órgão representante do trabalhador e da trabalhadora deve ser a todo tempo problematizada, haja vista que a estrutura pensada para seu funcionamento, tal como a escolha do ouvidor, possibilita que suas atividades possam ser exercidas com alta, baixa ou nenhuma autonomia. ■ ■ ■

Alex da Silva Xavier
 Ouvidor do município
 de Macaé/RJ.
 Fisioterapeuta, é
 doutorando em
 Sociologia Política
 pela Universidade
 Estadual do Norte
 Fluminense Darcy
 Ribeiro. Seu projeto
 de pesquisa de tese
 para doutoramento
 estuda a difusão da
 política do
ombudsman na
 América Latina e a
 implantação da
 Ouvidoria no Brasil.
xavier_fisio@yahoo.com.br

NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão ‘comum’. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma ‘ciência’ hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas ‘leigas’, boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas ‘científicas’ que tratam da saúde do trabalhador não são “para o bico” dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos “para o bico” dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas ‘científicas’. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas ‘científicas’ cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■

PERFIL
SINDICAL

Marcello Max Pereira



Sou Marcello Max Pereira e presido a UNA LGBT CARIOCA na capital do Rio de Janeiro. Esta entidade faz a luta da população LGBT na perspectiva de garantir sua inclusão na sociedade, sobretudo no mundo do trabalho e pela luta por nenhum direito a menos. Fazemos também a luta racial e contra o machismo, entendendo que a luta deve ser unificada contra a opressão do Capital direcionada à classe trabalhadora, que se agrava mais quando o cidadão se encaixa em algum desses quadros sociais. O artigo 5º da Constituição garante a todos e todas os mesmos direitos e diz que todos podemos gozar dos mesmos benefícios. Não é o que vemos adotado pelo Estado brasileiro, principalmente quando se é de classe baixa, mulher, negro(a), LGBTs, moradores de periferia. Enfim, devemos lutar para garantir que todos sejamos iguais e que não haja exclusão na sociedade de nenhum indivíduo. No Sindicato dos Empregados do Comércio/RJ lutamos também por melhores salários, dignidade, atenção à saúde do trabalhador, por melhores condições de trabalho e nenhum direito a menos. Acredito que nossa luta central é a luta de classe contra o Capital que mata e exclui.

Mas, através das organizações, instituições, entidades e movimentos sociais podemos vencer este modelo falido, miserável, excludente que mata milhares de pessoas todos os dias mundo afora. Há tempos luto pela população mais oprimida e acredito que a luta sindical é fundamental, pois com a sua consciência conseguimos organizar a luta de classe. Já fui membro de grêmio escolar, representante de classe, presido uma entidade LGBT, mas só agora, no movimento sindical percebi o quão importante é essa luta. Trabalhando na loja com baixo salário e vendo toda exploração, meu coração não se aquietava. Foi quando encontrei a oportunidade de entrar para o sindicato da minha categoria de comerciário. Fomos recrutados nos mais diferentes segmentos do comércio para disputar o SECRJ que estava há 50 anos nas mãos de uma família pelega que não lutava pelos trabalhadores e entregava à própria sorte a categoria de mais de 400 mil trabalhadores(as). Fazia negociações a portas fechadas com o patronal usando o dinheiro do trabalhador como forma de enriquecer e, não bastasse isso, a família ainda vendia os trabalhadores ao patronal destruindo sua dignidade. Não havia luta sindical e as coisas eram resolvidas na mesa do presidente, onde ele “vendia trabalhadores” e enchia suas contas pessoais com dinheiro ilícito. O sindicato dirigido pela família, desde a ditadura, pela forma insatisfatória de gestão, sofreu uma intervenção judicial que culminou logo depois nas eleições em que nossa chapa, constituída por comerciários da base, foi eleita democraticamente depois de um longo período de eleições fraudulentas. Hoje o sindicato é gerido por 30 diretores de piso de loja dos mais variados segmentos, que conhecem os reais problemas da categoria e lutam de forma contundente, honesta e voltada para resgatar a dignidade.

A luta sindical é fundamental para a emancipação dos trabalhadores na relação patrão-empregado, diminuir a tensão, opressão, exploração e garantir a prática dos acordos e convenções coletivas. Devemos ter a consciência também de que a categoria precisa de formação política para lutar em defesa dos direitos e barrar os retrocessos das reformas do governo Temer, ultraliberal e que retira direitos. A luta organizada é fundamental no Brasil e no mundo pois sabemos que a correlação de forças é desproporcional e o Capital explora a mão de obra acumulando riquezas e produzindo miséria. Este governo golpista quer acabar com os sindicatos tirando a contribuição sindical e enfraquecendo o poder de luta no intuito de afastar o trabalhador e desorganizar a luta, para que se explore ainda mais os trabalhadores. O Fórum Intersindical é um espaço essencial para formar o dirigente juntando teoria e práticas num mesmo espaço. A academia deve ser a força motriz para a formação da massa trabalhadora e dos dirigentes sindicais, debatendo a exploração da mão de obra e promovendo estudos. É um espaço rico de debate que potencializa a luta sindical. O departamento LGBT do sindicato também atua observando a opressão desta população dentro do local de trabalho, onde já há indícios de seu adoecimento. Percebemos várias queixas de depressão, ou seja, a saúde do trabalhador LGBT está se tornando uma situação grave pois a depressão gera várias outras doenças e interfere diretamente no rendimento deste trabalhador que está sendo demitido sem o registro real e comprovação de que foi o trabalho que fez esta pessoa adoecer. Temos muitos campos a trabalhar no âmbito da ST e o Fórum contribui muito. É um espaço genial de formação. ■ ■ ■

Trabalhadores Anônimos

*Dando Visibilidade às
Identidades Sociais*

José de Lima Pequeno



Quem frequenta o prédio da Expansão da Fiocruz sabe que se quiser comprar uma guloseima (paçoca, bala, bananada) ou saborear um picolé pode procurar Seu Zé - José de Lima Pequeno - na varanda da recepção que vai conseguir saciar seu desejo. Seu Zé conta que chegou ao Rio de Janeiro em 1975, vindo de Natal do Rio Grande do Norte. Veio com a mãe - Dona Palmira - e mais 5 irmãos. Seu pai - Manoel Pequeno - já morava na Baixa do Sapateiro*. Na época foram sorteados com uma casa na Vila do João onde reside até hoje com a sua mãe. O sorteio era realizado após inscrição para casa própria no extinto BNH (Banco Nacional da Habitação).

A juventude de seus 59 anos lhe dá a convicção de que ainda não conheceu a "mulher certa" para casar, o que é uma questão de tempo. Sem filhos e solteiro, foi noivo duas vezes de aliança e tudo o mais, contudo diz ter sofrido desilusões que desfizeram os planos do casamento. Mas não perdeu as esperanças de encontrar uma companheira, "sou bom filho, vou ser bom esposo", afirma sorridente. Trabalhando com venda de picolés na Fiocruz há 35 anos, pagou a previdência como autônomo e hoje tem uma aposentadoria. Disse: "a Fiocruz é uma mãe para mim, os funcionários daqui são meus melhores amigos, as pessoas daqui me ajudam..." Em retribuição, Seu Zé vende fiado para alguns fregueses especiais, "eu anoto as vendas numa caderneta, no final do mês eles vêm e acertam comigo, pagam direitinho, ninguém me engana não..." Repentinamente, seu Zé retira do bolso algumas medalhas de metal que guarda carinhosamente envolvidas em tecido. São do Alcoólicos Anônimos.

Conta que bebia muito, até cair e que muitas vezes era levado para casa carregado por amigos ou vizinhos. Mas mostra com orgulho uma delas que traz gravada a inscrição "19 anos", tempo que tem frequentando as reuniões do grupo na Vila do João. Mas, na verdade, já está há 24 anos sem beber e demonstra orgulho por essa vitória, visto o passado de excessos que o dificultava em seu trabalho. Hipertenso e diabético, para se locomover precisa de muletas. Escorregou em casa e teve fratura exposta na perna esquerda. Seu Zé está na fila da Regulação para cirurgia ortopédica faz 2 anos aguardando ser chamado. E pede ajuda para a realização da cirurgia... Mas isso não o impede de vir trabalhar. Muitas vezes dispensa o mototáxi e vem andando apoiado nas muletas. Com a certeza da riqueza que tem, a fé no trabalho, o amor pela mãe, a esperança de encontrar um amor, a coragem de buscar uma forma melhor de viver, sonha em voltar a Natal e visitar sua terra...

O Fórum louva seu exemplo de coragem em perseverar, apesar das adversidades da vida. ■ ■ ■

* A Baixa do Sapateiro floresceu, em 1947, numa baixada, alagadiça. Suas primeiras casas eram em palafitas. Na época era conhecida como Favelinha do Manguê de Bonsucesso. A origem de seu nome é controversa. Havia um sapateiro na ocupação inicial? Seria uma alusão à Baixa do Sapateiro na Bahia? Ou era pela vegetação de manguezal, com predomínio da espécie, conhecida como sapateiro (usada para produzir tamancos)? A ocupação se deu no início da construção da Avenida Brasil e teve o primeiro aterro na construção da Cidade Universitária. A região se tornou trânsito obrigatório para quem ia e vinha do Fundão. As últimas palafitas foram retiradas na década de 1980. Em 09/12/2017, disponível em: <http://redesdamare.org.br/blog/uncategorized/baixa-do-sapateiro-2/>

INFORMES

PRÓXIMA REUNIÃO do FÓRUM INTERSINDICAL

Dia 15/12 - 6ª feira
09 às 11:00h - reunião ordinária
11:30 às 13:00h – oficina temática

OFICINA TEMÁTICA

**Agenda neoliberal e os
impactos nas políticas sociais voltadas
para os trabalhadores e trabalhadoras**

Isabela Soares Santos

Pesquisadora em Saúde Pública do Departamento de
Administração e Planejamento em Saúde da ENSP
Diretora do CEBES

LOCAL

Prédio da Expansão da FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036, sala 901, Manguinhos - pista sentido zona norte.

Acompanhe...

FIQUE ATENTO!

As inscrições para o V Curso Intersindical de
Saúde, Trabalho e Direito -
Subsídios para Ação de Vigilância em Saúde
do Trabalhador no SUS, estarão abertas
a partir de janeiro de 2018.

As vagas (em número de 40) são direcionadas
prioritariamente para dirigentes sindicais.
O curso é totalmente gratuito e ocorre em
duas sextas-feiras por mês, horário integral.

Acompanhe pelo nosso blog
www.multiplicadoresdevisat.com

Reunião do Fórum Intersindical em 24/11/2017

Oficina temática

**"Vigilância em Saúde do Trabalhador em
Cadeias Produtivas: o caso da cana-de-açúcar"**

Mestrado Profissional de Visat (Cesteh/Ensp):

Eduardo Colatino, Fabiana Maria Rodrigues,
Natalia de Almeida Silva, Paulo Roberto Negreiros Filho



Foto: Marcel Caldas

**CONTINUAM ABERTAS as INSCRIÇÕES para o
BOLETIM ESPECIAL de FOTOGRAFIAS sobre
SAÚDE do TRABALHADOR.**

Veja as instruções para o concurso em nosso site

www.multiplicadoresdevisat.com

Já pode ir tirando suas fotos!!

ATENÇÃO!

Se você tem interesse em escrever um texto sobre saúde do
trabalhador para a nossa seção **artigo do mês** entre no blog e
veja como proceder: www.multiplicadoresdevisat.com

MESTRADO PROFISSIONAL | 2017

VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

MÓDULO 3 UNIDADE III – Seminários em Visat

<p>11 de dezembro – 14:00 horas Saúde do Trabalhador da Saúde: desafios e perspectivas Grupo Situação-Problema: Saúde do Trabalhador da Saúde Convidado: <i>Dário Pasche</i> – Universidade Federal de Porto Alegre – RS Coordenação: <i>Elida Hennington</i> – Cesteh/ENSP/Fiocruz e <i>Fátima Rangeli</i> – Fiocruz Local: sala 32 Cesteh</p> <p>12 de dezembro – 09:00 horas Vigilância em Saúde do Trabalhador em cadeias produtivas: o caso da cana-de-açúcar Grupo Situação-Problema: Estrutura, Dinâmica e Organização da Visat Convidados: <i>Roberto Novaes</i> – UFRJ e <i>Luiz Leão</i> – UFMG Coordenação: <i>Luiz Carlos Fadel</i> – DIHS/ENSP/Fiocruz e <i>Juliana Rulli</i> – Fiocruz Local: sala 32 Cesteh</p> <p>12 de dezembro – 14:00 horas A (in)visibilidade na Saúde do Trabalhador: contexto e desafios Grupo Situação-Problema: Visibilidade, Informação, Capacitação e Comunicação Convidados: <i>Paulo Ernani</i> – Diretor Suplementar SIEMACO-Rio - Comilurb <i>Paulo Givane Lopes Pena</i> – UFBA e <i>Luciene Aguiar</i> – Fiocruz Coordenação: <i>Gideon Borges</i> e <i>Renata Neto</i> – Cesteh/ENSP/Fiocruz Local: sala 32 Cesteh</p>	<p>13 de dezembro – 09:00 horas Vigilância em Saúde do Trabalhador da construção civil: caso de soterramento em Sobral/CE Grupo Situação-Problema: Acidentes de Trabalho Convidados: <i>Jorge Huet Machado</i> – Fiocruz e <i>Fernando Sérgio</i> – CEREST Sobral Coordenação: <i>Cristina Strausz</i> – Cesteh/ENSP/Fiocruz Local: sala 32 Cesteh</p> <p>13 de dezembro – 14:00 horas A Saúde do Trabalhador no SUS: uma abordagem do controle social Grupo Situação-Problema: Controle Social Convidados: <i>Wanderson Beiral Alves</i> – CEREST Duque de Caxias <i>Iris da Conceição</i> – CEREST Duque de Caxias <i>Claudia Gouveia</i> – CEREST Duque de Caxias Coordenação: <i>Lise Barros</i> – Cesteh/ENSP/Fiocruz e <i>Marcelo Moreno</i> – Cesteh/ENSP/Fiocruz Local: sala 32 Cesteh</p>
--	--

COORDENAÇÃO DO CURSO
Ana Maria Cheble Bahia Braga
Simone Santos Oliveira

Fórum Intersindical – Democracia participativa pela saúde no trabalho

Coordenação:

Ana Paula Bragança (Pesq. Colab. DIHS/ENSP/FIOCRUZ)
Jacqueline Wilhelm Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)
Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito
para a Ação em Saúde do Trabalhador
Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361
Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223
forumintersindical@gmail.com

Venha para o Fórum Intersindical - Acompanhe nosso Boletim Informativo